

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Congresso paralisado

Quando a CPI do PC instalou-se, há mais de um ano, estava cercada do mais denso e profundo ceticismo. Sabia-se que, embora PC Farias fosse o ponto de partida, quem estava de fato sentado no banco dos réus era o então Presidente da República, Fernando Collor.

Num País que, por tradição histórica, não pune sua elite — sobretudo a política —, quem poderia supor que fosse começar a fazê-lo logo pelo Presidente da República? O então ministro-chefe do Gabinete Civil, Jorge Bornhausen, verbalizou o que todos estavam pensando: “Esta CPI não vai dar em nada”. Enganou-se.

A CPI deu em alguma coisa: depôs o Presidente da República. É bem verdade que não prendeu ninguém, a não ser temporariamente uma secretária e um piloto de PC Farias. O próprio PC ficou solto dentro do Brasil quase um ano. Sua prisão teve tantos avisos prévios que ele acabou por fugir tranquilamente para a Europa, de onde aguarda o desdobramento dos fatos. Mas, de qualquer forma, quebrou-se a tradição da impunidade — e quebrou-se pela cúpula.

O princípio continua ativo, ainda que à revelia dos que o ativaram. O mesmo Congresso que puniu Collor está, através de algumas de suas mais representativas e influentes lideranças, sentado no banco dos réus de uma CPI, com a reputação arruinada. O processo de revisão constitucional, por mais que seus condutores o neguem, está paralisado. Não há entusiasmo — e muito menos autoridade moral — para levá-lo adiante. Se, antes, já não havia facilidade de se obter quorum, muito menos agora. O deputado Ibsen Pinheiro, relator do regimento, está citado pelo assessor José Carlos dos Santos, como um dos be-

neficiários da manipulação do Orçamento.

Não significa que seja culpado, mas, como é óbvio, é suficiente para desconcertá-lo e desconcentrá-lo de suas funções na revisão. Como pensar no regimento tendo que, simultaneamente, provar que é honesto? Por isso, está certo o líder sindical Luís Antônio de Medeiros quando diz que, antes de punir exemplarmente os culpados, o atual Congresso não tem condições de fazer mais nada — nem discursos no pinga-fogo.

As atenções, pois, estão inteiramente voltadas para a CPI. Lideranças influentes da Casa preocupam-se com o que chamam de “guerra de extermínio”. Isto é, a transformação da CPI em território de acerto de contas políticas, em que adversários agridam-se reciprocamente. A proximidade da campanha eleitoral estimula essa prática. A preocupação geral é de preservar a instituição, em nome da preservação da própria democracia — que, claro, sem Congresso não existe.

O perigo é que, a pretexto disso, busque-se restringir o universo dos culpados, elegendo-se alguns bodes expiatórios para purgar culpas coletivas. Há sinais de que isso será tentado. E o depoimento de hoje do deputado João Alves, o grande vilão da história, é decisivo. Alves pode simplesmente negar tudo — o que é mais provável —, obrigando a CPI a um formidável esforço investigativo para dar substância às denúncias do ex-assessor José Carlos dos Santos.

Pode, no entanto, fazer o que já ameaçou a alguns: contar tudo o que sabe, dividindo culpas e responsabilidades. Se assim for, melhor: faz-se a profilaxia com maior rapidez e o Congresso retoma enfim suas atividades normais.